

“Banditismo à solta”: jornais cariocas, policiamento na cidade do Rio de Janeiro, polícia, criminosos e políticos (1900-1920)

ANA VASCONCELOS OTTONI *

“ Tiros: o banditismo à solta”. “ Paraíso dos ladrões: assaltos sobre assaltos. Nas barbas da polícia.” “ A cidade saqueada: o Rio de Janeiro continua a não ter polícia” (*Gazeta de Notícias*, 3/11/1909, p.3; *Jornal do Brasil*, 6/07/1911, p.6 ; *Correio da Manhã*, 25/02/1913, p.2). Títulos e subtítulos de notícias de crimes como esses eram estampados com frequência nas páginas da *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã* no início do século XX. Nestas notícias, os repórteres policiais frequentemente assinalavam que o Rio de Janeiro, Capital da República, estava sendo infestado por ladrões, salteadores e criminosos que efetivavam seus crimes de forma livre e impune, a qualquer hora do dia, devido à falta de policiamento. Segundo os periódicos e seus repórteres , a ausência de vigilância policial no que tange à criminalidade se devia ao suposto relacionamento da polícia com os criminosos e os políticos da época (*Correio da Manhã*, 9/11/1901, p.2 *Jornal do Brasil*, 8/11/1915,p.7 *Gazeta de Notícias*, 25/10/1909, p. 2). Os cronistas alegavam que a polícia, por conveniências políticas ou por medo de perder seus empregos, protegia, à mando dos chefes políticos, os bandidos e gatunos, tidos como cabos eleitorais de tais chefes, deixando-os livres e impunes para praticar diversos crimes pela cidade. Além disso, veiculava-se a ideia de que a polícia negociava a liberdade dos ladrões, pois ao deixá-los soltos, recebia dos mesmos dinheiro e com eles dividiam os roubos ou recebia informações dos larápios sobre onde estaria o roubo.

Vale notar que os repórteres não apenas registravam tais notícias sobre o suposto relacionamento da polícia com os bandidos e políticos, como também procuravam intervir politicamente na sociedade, já que faziam muitas vezes críticas à polícia e a política, bem como cobranças às forças policiais para que controlassem e combatessem a criminalidade. Afinal, os cronistas buscavam- como ressaltou Elias Palti (2007) ao se

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF). Bolsista da CAPES. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/ UFRJ). Bacharel em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

referir ao jornalismo na América Latina no século XIX- não apenas “representar” a opinião pública, como também constituí-la como tal. Assim, a pesquisa constata que os jornalistas policiais faziam de suas notícias instrumentos de ação pública e política.¹

Este trabalho procura analisar como os jornais cariocas e seus repórteres policiais retratavam a questão do policiamento no que tange à criminalidade na cidade do Rio de Janeiro, durante 1900-1920, em consonância com o suposto relacionamento da polícia com os criminosos e políticos da época. Investiga também como a imprensa articulava a discussão sobre tal relacionamento e o policiamento, através das posições dos diferentes jornais em relação às candidaturas presidenciais de marechal Hermes da Fonseca e Rui Barbosa na campanha eleitoral de 1909 e 1910.

Selecionou-se como corpus documental do estudo os jornais “populares” *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *Gazeta de Notícias* por serem uns dos principais periódicos da cidade que divulgavam com vigor as notícias policiais e de crimes, chegando por vezes a ocupar a primeira página do jornal, com títulos muitas vezes redigidos em letras grandes e em negrito para chamar atenção de seus leitores. Estas notícias começaram a ocupar um amplo espaço nas páginas dos jornais na passagem do século XIX para o XX, ou seja, em uma época na qual a imprensa no Brasil transformava-se em empresa capitalista (GUIMARÃES, 2009: 229). As temáticas criminais e policiais ganhavam não apenas mais espaços nas folhas, mas um espaço especializado, organizado racionalmente com o intuito de criar e atender a uma demanda do mercado em formação (COUTINHO, 2006: 43).

A partir dos anos de 1900 as publicações de crimes se expandiram ainda mais na imprensa. Isso porque foi a partir deste período, como bem expôs Mônica Velloso (2004: 22), que os repórteres passaram a se deslocar do prédio da redação para as ruas em busca dos acontecimentos e dos personagens criminais.

Mas quem eram os repórteres policiais que escreviam essas notícias? Tal questão é difícil de ser respondida na medida em que estes jornalistas não assinavam suas reportagens. Contudo, através da obra de Eduardo Coutinho (2006) sobre as crônicas

¹ Ressalta-se que nossa hipótese se inspira em um dos capítulos da tese de doutorado de Carolina Dantas (2007) sobre intelectuais na Primeira República, no qual a autora argumenta que tais setores da sociedade utilizaram seus textos publicados nos jornais do Rio de Janeiro no início do século XX como instrumentos de ação política e pública, já que defenderam, por exemplo, ações objetivas negligenciadas pelo Estado e demandas não cumpridas pelos sucessivos governos republicanos videntes até então, como a implementação da educação primária em massa.

carnavalescas da Primeira República, o autor nos oferece pistas sobre quem seriam os repórteres de crimes. Ao utilizar os jornais “populares” do Rio de Janeiro -entre os quais o *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã* e a *Gazeta de Notícias*- Coutinho expôs que os jornalistas dedicados a assuntos populares-“cronistas carnavalescos, policiais e esportivos- compunham o que se poderia chamar de baixo clero do jornal, um segundo escalão de repórteres sem títulos, *status* e diplomas” (COUTINHO, 2006: 134). Segundo o autor, eram jornalistas que não pertenciam à elite intelectual e econômica da época. Pelo estudo de Coutinho (2006), identificamos que alguns repórteres policiais eram cronistas carnavalescos e possuíam em geral uma origem humilde, a exemplo do repórter Francisco Guimarães (1877-1947) - conhecido pelo pseudônimo Vagalume -, jornalista do *Jornal do Brasil*, mulato e filho de pais pobres.

Apesar de não terem tido formação acadêmica de nível superior, os jornalistas policiais pareciam conhecer os problemas relativos à segurança pública na cidade assim como as queixas e reclamações do povo com relação a esta questão². Possivelmente adquiriram tal conhecimento a partir de suas próprias vivências cotidianas como cidadãos e de seus contatos diários com os populares nas ruas, através das entrevistas que faziam com diferentes tipos de personagens envolvidos nos crimes (vítimas, criminosos, testemunhas etc) e dos múltiplos relatos que ouviam ao transitarem pelos diversos espaços da cidade. As informações obtidas eram guardadas na memória ou registradas em apontamentos ligeiros (DIDIER, 2005: 71).

A principal fonte de informação do cronista policial era a polícia, vide pela própria denominação do termo “repórter policial” (RIFIOTIS et al., 1997). O seu acesso às informações confidenciais e aos suspeitos dependiam de suas boas relações com a polícia e de favores recíprocos (KALIFA, 1995: 102). Mas o relacionamento entre o repórter e a polícia parecia ser marcado muitas vezes por conflitos de interesse. Isso porque os cronistas alegavam que muitas vezes a polícia não fornecia aos jornais as notícias de crimes ocorridos nas ruas do Rio de Janeiro, a exemplo da seguinte matéria da *Gazeta de Notícias*: “ a polícia (...) deixa que os ladrões ajam à vontade, e quando se dão os roubos procura encobri-los da reportagem, para que os jornais não os noticiem !”(*Gazeta de Notícias*, 22/03/1917,p.5). Notícias como essa indicam que os jornalistas

² Sobre tais reclamações e queixas na coluna “Queixas do povo” do *Jornal do Brasil*, ver Eduardo Silva (1988).

ficavam indignados com o fato da polícia não dar informações de crimes para eles, o que certamente prejudicaria as vendas dos jornais. Por seu turno, a polícia alegava que tinha que manter muitas vezes o sigilo de informações para dar andamento às suas investigações e não alarmar à população. Neste sentido, os interesses dos repórteres e da polícia pareciam ser muitas vezes conflitantes, o que pode explicar o motivo pelo qual os primeiros frequentemente responsabilizavam as forças policiais pelo crescimento da criminalidade no Rio de Janeiro.

Em todo caso, a imprensa e seus repórteres procuravam destacar que um dos motivos da falta de policiamento na cidade devia-se, como já assinalamos, ao suposto relacionamento da polícia com os ladrões e criminosos. Havia nos jornais cronistas que acreditavam que a polícia deixava a vida e propriedade da população entregue às ameaças freqüentes dos bandidos, pois temia aproximar-se dos criminosos, como mostra a seguinte notícia sobre as ocorrências de ladroagem num morro do Rio de Janeiro:

Quem tem a infelicidade de morar ali pelas proximidades do morro do Senado, dorme em sobressalto, quando dorme, porque tem constantemente ameaçadas a vida e a propriedade.

Há dias chamamos a atenção da polícia para esses lugares perigosos(...). Entretanto, os gatunos continuam impávidos e desassombrados a atacar as casas vizinhas, à noite, (...) onde se escondem nesse morro, e da qual a polícia tem medo de acercar-se. O público já vai trocando o nome de morro do Senado pelo de morro dos ladrões (Correio da Manhã, 9/11/1901, p.2).

Segundo os repórteres, o temor que a polícia tinha dos bandidos se devia ao alto grau de periculosidade dos criminosos e/ou porque estes últimos eram protegidos de políticos influentes. Alegava-se que tais políticos os protegiam, pois, ao buscarem conquistar votos a todo custo por meio das fraudes eleitorais, contratavam os bandidos da cidade para provocar “desordens” em épocas de eleição. (OTTONI, 2010: 11). Segundo um jornalista do *Correio da Manhã*:

O (bandido) “Camisa Preta” (...) foi um desordeiro terrível, um facínora, um cabo eleitoral que a polícia temia. (...) “Camisa Preta” era um cabo eleitoral de primeiríssima ordem e tinha também o seu chefe, que nas eleições lhe enchia o bolso de dinheiro para o serviço no sufrágio popular (Correio da Manhã, 13/07/1912,p.5).

Em meio a uma época na qual os cargos na polícia eram preenchidos por elementos de confiança do governo, os cronistas e articulistas dos jornais assinalavam que o temor dos policiais em prender os ladrões e bandidos da cidade, tidos como “protegidos de chefes políticos” influentes, se devia ao medo de perderem os seus empregos que “lhes davam subsistência”. O redator-chefe do *Correio da Manhã*, o advogado Gil Vidal era um dos jornalistas da época que defendiam tal ideia.

Chegamos à degradação da situação de que o agente de polícia e o guarda civil são os que temem o malfeitor, e não este aqueles.

Para o agente ou guarda civil, há indivíduos de maus instintos, empedernidos no vício, criminosos habituais, que são intangíveis. Não ousam tocar-lhes porque conhecem a proteção de que eles gozam e de que, com razão, se jactam arrogantemente.

*(...) Teríamos por nós o testemunho desses próprios agentes e guardas, se coitados, lhes fosse permitido, sem risco de perder o emprego que lhes dá os meios de subsistência, dizer o que sentem, o que presenciam; o que são obrigados a fazer, em obediência a sugestões e ordens, que lhes não é lícito, sequer, discutir quanto mais contrariar (*Correio da Manhã*, 7/11/1909,p.3).*

Mas havia jornalistas que repeliam a ideia de que a polícia temia os criminosos, já que, para eles, um dos fatores da falta de policiamento na cidade se devia as “confabulações” que a polícia fazia com os ladrões. Sobre tal assertiva, um repórter do *Jornal do Brasil* assinalava:

Decididamente o Rio de Janeiro é o verdadeiro Paraíso dos ladrões. É o único lugar onde eles agem mais audaciosamente livre e impunemente.

(...) A polícia sabe de tudo, conhece perfeitamente os malfeitores, mas ninguém sabe se cruza os braços por conveniência ou medo.

A última hipótese deve ser repelida.

*Não é crível que a polícia tenha medo dos ladrões, se com eles tem entrado em confabulações vergonhosas e que não podem continuar para a moralidade de uma administração e a bem dos interesses da justiça (*Jornal do Brasil*, 8/11/1915, p. 7).*

Como já mencionado, na perspectiva dos cronistas, a polícia deixava os gatunos livres e impunes, pois em troca da liberdade dos mesmos, recebia dos ladrões dinheiro e com eles dividiam os roubos (*Correio da Manhã*, 26/11/1915,p.3). Essas supostas relações existentes entre gatunos e agentes policiais seriam marcadas pelo o que os repórteres chamavam de “negociação da liberdade alheia”.

Destacava-se que uma outra maneira de fazer tal negociação era por meio da seguinte proposta feita aos ladrões pelos agentes da Inspetoria de Investigação e Capturas : “se disser onde está o roubo, será imediatamente posto em liberdade”. Segundo um repórter do *Jornal do Brasil* : “O ladrão aceita a proposta, a Inspetoria de Investigação e Capturas faz apreensão do roubo onde ele foi vendido, solta o ladrão, entrega os objetos ao dono e tudo isto sem que o delegado distrital tenha a menor informação do andamento da diligência”(*Jornal do Brasil*, 8/11/1915,p.7). Era por isso-dizia o repórter - que os inquéritos ficavam “ paralisados nas delegacias e os ladrões impunes”. “Eis a razão porque de dia para dia os LADRÕES AUMENTAM de NÚMERO e AUDÁCIA, zombando da ação da nossa polícia” (*Jornal do Brasil*, 8/11/1915,p.7). Note-se que o cronista ao escrever em letra grande que os ladrões aumentavam de número e audácia no Rio, visava reforçar a ideia de que eram as práticas de corrupção na inspetoria de Investigação e Capturas, através das relações de conveniência entre os agentes policiais e gatunos, que causavam o crescimento da rapinagem e da audácia larapia na cidade.

Os jornais além de considerarem que a polícia mantinha tais relações de conveniência com os ladrões, salientavam que ela, inspirada em conveniências políticas e por manter relações “escusas” com determinados políticos, deixava os criminosos, tidos como cabos eleitorais destes políticos, soltos pela cidade. Destacava-se, por exemplo, que a polícia por estar “apadrinhada” ao governo e, os delegados por bajularem o presidente da República, protegiam “os mais perigos assassinos e ladrões” da cidade, tidos como aliados de políticos influentes (*Correio da Manhã*, 10/05/1905, p.1)³. Segundo os cronistas, eram principalmente em períodos eleitorais que os bandidos se sentiam mais impunes e livres para perpetrar diversos crimes pela cidade, já que os “chefes políticos” corruptos, ao buscarem conquistar votos a todo custo, precisavam mais intensamente deixá-los soltos, para que nestas épocas, os criminosos e ladrões prestassem os seus “serviços eleitorais” a tais chefes, através de quebras e roubos de urnas nas seções onde os referidos políticos tinham minoria (*Gazeta de Notícias*,

³ Ressalta-se que não só os cronistas policiais das folhas oposicionistas *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil* criticavam muitas vezes à polícia e os chefes políticos, como também os próprios repórteres policiais da folha governista a *Gazeta de Notícias*. Isso nos indica que os cronistas não necessariamente seguiam à perspectiva política da linha editorial dos jornais nos quais trabalhavam, pois eles também tinham seus próprios interesses, valores e expectativas sobre a realidade social no qual se debruçavam.

1/11/1909,p. 1) ou por meio de furtos de objetos (roupas, sapatos, camisas, colarinho etc) dos estabelecimentos comerciais da cidade no intuito de “distribuí-los para os eleitores” como uma forma de comprar votos destes últimos (*Jornal do Brasil*, 5/03/1910,p.12).

Por seu turno, a polícia- alegava os repórteres-, à mando dos políticos “corruptos”, consentiria para fins eleitorais os gatunos e criminosos a cometer diversos tipos de crimes. Segundo um cronista:

O mais escandaloso de tudo que se tem registrado de anormal, é que os ladrões assaltam em pleno centro da cidade, (...) com o consentimento da polícia para fins eleitorais. O número de quiosques roubados (...) é grande, sem que a polícia agisse seriamente, apesar de ter um corpo de agentes numeroso e que devia conhecer todos os criminosos da cidade, pelo menos os criminosos matriculados. Mas nada se tem feito e os roubos têm continuado (Gazeta de Notícias, 25/10/1909, p. 2).

Na perspectiva dos jornalistas, a polícia do Rio de Janeiro ao consentir que as fraudes nas eleições e os mais diversos crimes fossem perpetrados pelos bandidos, não buscava conciliar os “interesses do serviço público com os da lei em benefício do povo e homenagem à justiça”, pois procurava apenas “amparar parentes e amigos, políticos e conhecidos” (*Jornal do Brasil*, 17/06/1915,p.10). Através de tais críticas à polícia, os repórteres policiais pareciam chamar atenção que o ideal republicano de probidade na gestão da coisa pública estava ausente na República dos coronéis.⁴

Em suas concepções, um dos elementos que parecia caracterizar a improbidade na gestão da coisa pública na República oligárquica, era a presença do “filhotismo”⁵ na polícia. Os cronistas chamavam atenção que a presença do filhotismo na organização policial fazia com que o governo fechasse os olhos para o despreparo da polícia em controlar e combater a bandidagem, o que gerava conseqüentemente o aumento da impunidade e criminalidade na cidade. Um repórter do *Correio da Manhã* em 1913

⁴ Sobre os discursos na imprensa de outros intelectuais de inícios do século XX sobre a República, ver os seguintes trabalhos: Eliana de Freitas Dutra (2005) e Carolina Dantas (2007).

⁵ Vale notar que, segundo o sociólogo Otair Fernandes de Oliveira (2003): *O filhotismo reside no favoritismo em relação aos amigos do governo, com fechamentos dos olhos para as mazelas de seus apadrinhados políticos, contribuindo, assim, para a desorganização da administração municipal, sob a “vista grossa” dos governos estaduais, ainda mais quando se considera o despreparo técnico dos parentes e amigos e a utilização do dinheiro, dos bens e dos serviços do governo municipal nas campanhas eleitorais, entendidas como verdadeiras “batalhas eleitorais”* (OLIVEIRA, 2003: 7).

assinalava: “ só a incapacidade administrativa, a má fé, as influências nefastas e o filhotismo, podem gerar esse arremedo de polícia e fazer proliferar a gatunagem e a audácia criminosa” (*Correio da Manhã*, 1/02/1913,p.2). Nesta notícia, o jornalista chamava a atenção que, embora a polícia efetivasse a perseguição aos ladrões, os “roubos se sucediam e alguns com a audácia” que chegava “ a pasmar”, devido justamente a presença do filhotismo na polícia. Segundo o repórter, isso teria acontecido quando, por exemplo, em 1913 “seis audaciosos ladrões” em plena rua do centro assaltou um “comerciante ambulante” em 540\$000 em dinheiro (*Correio da Manhã*, 1/02/1913,p.2). O cronista não considerava que o fator do aumento da rapinagem na cidade devia-se à negligência policial no combate ao crime, já que a polícia- segundo ele- tentava prender os larápios, mas sim à sua falta de preparo para reprimi-los.

Uma das razões principais das falhas da organização policial apontadas nas notícias de crimes na época , devia-se à interferência da politicagem na polícia em função da ausência da polícia de carreira na cidade, já que os cargos eram preenchidos por elementos de confiança do governo (BERNARDI, 2000: 29). Independentemente dos juízos de valor contidos nessas reportagens, as influências políticas na polícia eram de fato uma realidade da época. Como bem comentou o historiador Marcos Bretas (1997):

A nomeação para o cargo de chefe de polícia da capital proporcionava a oportunidade de trabalhar em contato íntimo com a elite política, oferecendo grandes oportunidades para obter vantagens e benefícios profissionais. O objetivo maior era a nomeação para o Supremo Tribunal Federal (BRETAS, 1997: 48).

Os jornalistas alegavam que certos chefes políticos tiravam vantagens eleitorais do fato de não se ter na cidade uma polícia de carreira, uma vez que ao prometerem cargos à polícia ou ao intimidá-la através de ameaças de demissão de cargos, lhe ordenavam que deixasse impunes os ladrões e bandidos da cidade, já que estes ajudariam os referidos políticos a vencer as eleições, através de quebras e roubos de urnas nas seções em que esses chefes tinham minoria (*Gazeta de Notícias*, 1/11/1915, 1).

Mas os repórteres não apenas registravam essas notícias que tratavam do suposto relacionamento da polícia com os políticos e criminosos, como também buscavam fazer cobranças à polícia para que ela controlasse e combatesse a criminalidade. Cobrava-se dos chefes de polícia para que punissem “severamente” os agentes policiais que estariam mancomunados com os ladrões. Dizia um repórter do *Jornal do Brasil*:

(...) *É de esperar que o Sr. Dr. Aurelino Leal (chefe de polícia) abandone a letargia a que se condenou e tenha um gesto de desusada energia, punindo severamente os que pretendem estabelecer um comércio dentro da polícia - qual o de negociar com a liberdade alheia (Jornal do Brasil, 17/06/1915,p.10).*

Os jornais e seus repórteres também exigiam que a polícia punisse severamente os criminosos.

(...) *Que faz a polícia?*

A quem está confiada a segurança dos moradores de nossa capital?

A situação, tal qual se vai formando com a tolerância criminoso com que se deixam bandidos, perflhados por politiqueiros, expandirem todos os seus baixos sentimentos, é que não pode, é que não deve continuar.

A polícia tem a obrigação, imediata e inadiável de agir, mas de agir sem contemplações, sem fraquezas, para que essas cenas vergonhosas não se repitam, como se estão repetindo (...) (Gazeta de Notícias, 5/11/1909,p.4).

Os cronistas policiais ainda reivindicavam a moralização da polícia, salientando que esta “não se deixasse levar pelas ameaças dos politiqueiros, sem escrúpulos, que têm nos desordeiros, os seus guarda-costas” (*Correio da Manhã*, 6/11/ 1915, 3). Acreditavam que a adoção de uma polícia de carreira no Rio de Janeiro seria muito importante para a cidade, já que a polícia estaria mais atuante para combater à criminalidade, uma vez que não perderia mais o seu tempo em bajular políticos em troca de benesses e cargos e, nem estaria mais ameaçada pelos mesmos para fazer o que eles mandavam.⁶

Além reivindicarem a moralização da polícia, os jornalistas salientavam que era necessário moralizar os costumes políticos, eleitorais e administrativos vigentes (OTTONI, 2010: 15). Em uma época na qual não havia sequer justiça eleitoral -que foi uma reivindicação do tenentismo (COUTINHO, 2006: 151)- havia repórteres policiais que propunham a reformulação da lei eleitoral, para que houvesse punição aos envolvidos nas fraudes e violências eleitorais, como salientou um repórter da *Gazeta de Notícias* em 1909 (*Gazeta de Notícias*, 25/10/1909,p.2). Alegava-se que, com tal punição, os políticos e a polícia teriam mais temor de proteger a bandidagem. Em

⁶ Vale notar que embora os jornais criticassem muitas vezes as ações policiais no controle e combate à criminalidade, por vezes elogiavam a polícia. Sobre os discursos de enaltecimento à polícia e ao serviço de policiamento na cidade, ver, por exemplo, as seguintes reportagens: *Jornal do Brasil*, 8/06/1911,p.7 e *Gazeta de Notícias*, 16/02/1917,p.3.

consequência disso, a criminalidade no Rio- ressaltavam os repórteres- diminuiria drasticamente. Assim, como podemos perceber, os jornalistas policiais da época utilizavam suas reportagens de crimes como instrumentos de ação política e não só como meios de entreter a população com histórias sensacionalistas de crimes.

Além disso, faziam destas publicações, em certas ocasiões, instrumentos de ação partidária. Um exemplo disso eram as notícias de crimes publicadas na imprensa carioca durante a campanha eleitoral de 1909 e 1910. Nesta campanha, alguns jornais fizeram questão de emitir opiniões e outros calar-se no que tange à discussão acerca do policiamento no Rio de Janeiro e do relacionamento da polícia com os criminosos e políticos da época, em consonância com os assuntos ligados à eleição. Tais posturas tinham a ver com as diferentes posições dos impressos em relação às candidaturas presidenciais de Hermes da Fonseca e Rui Barbosa, como explicaremos mais adiante deste texto. Antes de refletirmos sobre tal questão, é importante dizer que a eleição presidencial de 1910, conforme salientou José Murilo de Carvalho (2001), foi uma das poucas competitivas da Primeira República. Nela, Hermes da Fonseca foi apoiado pelo então presidente da República, Nilo Peçanha. Na época, os dois grandes estados Minas Gerais e São Paulo, tinham-se desentendido. Segundo José Murilo de Carvalho (2001), “o candidato da oposição, Rui Barbosa, apoiado por São Paulo, levou a cabo a primeira campanha eleitoral dirigida à população” (CARVALHO, 2001: 74). Foi neste contexto, que os diferentes jornais cariocas se posicionaram de formas distintas em relação à eleição, de acordo com os seus interesses econômicos,-era comum na época a compra da opinião de parte da imprensa pelos governos constituídos (BORGES, 2008: 9) - ideológicos, políticos e entre outros. Assim, devido a fatores de diversas ordem, que aqui não serão discutidos, o *Jornal do Brasil* optou por apoiar a candidatura de Hermes da Fonseca, e a *Gazeta de Notícias* e o *Correio da Manhã*, a candidatura de Rui Barbosa⁷.

No que diz respeito ao *Correio da Manhã*, tal impresso como apoiava Rui Barbosa, procurava recorrer à temática do policiamento e criminalidade para atacar diretamente à candidatura de Hermes da Fonseca e o governo de Nilo Peçanha, apesar de se declarar um jornal independente dos partidos, como lembra Américo Freire (2009: 121).

⁷ Sobre as razões do apoio de jornalistas e diferentes jornais cariocas à candidatura de Hermes de Fonseca ou à de Rui Barbosa, ver: Vera Lúcia Bógea Borges (2008).

Por sua vez, a *Gazeta de Notícias* apesar de ter apoiado Rui Barbosa em tal campanha, elogiando sua postura democrata e liberal⁸, não publicou de maneira tão intensa que o *Correio da Manhã* textos sobre o suposto relacionamento da polícia com os criminosos e políticos. Contudo, nas matérias que tratavam do assunto, o jornal tendia a articular a questão do policiamento no Rio de Janeiro com a candidatura militar de forma implícita⁹, sem mencionar os nomes de Hermes da Fonseca e Nilo Peçanha, ao contrário dos textos do *Correio* que utilizavam o tema da vigilância policial para atacar explicitamente à candidatura militar e o governo Nilo Peçanha. Além disso, as raras vezes que a *Gazeta* mencionava o nome de Nilo de Peçanha fazia questão de dizer que o referido presidente mantinha uma posição neutra e imparcial na campanha presidencial (*Gazeta de Notícias*, 6/11/1909,p.1), ao contrário do *Correio da Manhã* que considerava o presidente da República um cabo eleitoral de marechal.

Os repórteres da *Gazeta de Notícias* atacavam o então chefe de polícia, Leoni Ramos, como uma forma indireta de atingir a candidatura militar apoiada pelo presidente da República Nilo Peçanha, já que quem nomeava o chefe de polícia da época era o presidente¹⁰. Segundo um dos cronistas da *Gazeta*: a “polícia está invadida e pervertida pela política” (*Gazeta de Notícias*, 31/10/1909, p. 1). Os repórteres do jornal diziam ainda que a polícia por estar envolvida na campanha política da época negligenciava a segurança pública, deixando a cidade entregue aos assaltos e roubos (*Gazeta de Notícias*, 8/01/ 1910,p. 2).

Já no que diz respeito ao *Jornal do Brasil*, em nenhum dos seus textos mencionou o suposto relacionamento da polícia com os criminosos e políticos, pois possivelmente sabia que se tocasse nessa temática “espinhosa” em plena campanha eleitoral, prejudicaria o candidato Hermes da Fonseca; candidato este que foi, como já ressaltado anteriormente, apoiado pelo presidente. O jornal também não veiculou em nenhum momento discursos de enaltecimento ao governo e à polícia . Mas por que o *Jornal do*

⁸ Ver: *Gazeta de Notícias*, 25/12/1909, p. 2.

⁹ Encontramos apenas um texto da *Gazeta* na qual o jornal fala claramente do envolvimento do chefe de polícia Leoni Ramos na campanha militar. Segundo tal texto, Leoni Ramos não fazia “outra coisa senão preparar terreno eleitoral contra a candidatura civil, tendo todas as condescendências imagináveis com os criminosos da cidade que podem perturbar o pleito de marco de 1910”. *Gazeta de Notícias*, 6/11/1909,p.1.

¹⁰ Segundo Marcos Bretas (1997: 50), o chefe de polícia, além de nomeado pelo presidente, era escolhido entre os advogados com mais de dez anos de prática ou com notório saber no campo policial.

Brasil adotou tais posturas de omissão aos assuntos político-policiais da época se ele estava apoiando a candidatura militar? Possivelmente a omissão a tais temas devia-se a dois motivos: Um desses motivos pode ser explicado pelo fato de que, como o jornal ao longo de sua história foi caracterizado por ser uma folha de clara oposição ao governo e de críticas veementes à polícia, ficaria difícil de explicar para os seus leitores, seu enaltecimento ao governo e à polícia durante a campanha eleitoral. Um outro possível motivo sobre a omissão aos assuntos político-policiais da época era que certamente o jornal sabia que ao longo do período republicano a população estava insatisfeita em relação às ações policiais e governamentais para combater os crimes no Rio de Janeiro vide as frequentes reclamações do povo acerca de tal questão.¹¹ Assim, pode ser que a folha considerasse que se tocasse nesse assunto certamente poderia prejudicar a candidatura militar apoiada pelo governo.

O silêncio do *Jornal do Brasil* e de seus repórteres sobre a questão da politicagem na organização policial durante a campanha presidencial de 1909 e 1910, pode ser lido como um instrumento de ação político-partidária do impresso, ou seja, como uma forma desta folha assumir politicamente seu apoio à candidatura de Hermes da Fonseca.

Embora os diferentes jornais aqui trabalhados tratassem a temática da criminalidade e policiamento de diferentes maneiras, de acordo com suas posições em relação às candidaturas de Rui Barbosa ou à marechal Hermes, todos eles, utilizavam, cada qual a sua maneira, este assunto como instrumento da ação político-partidária na eleição de 1910, através do seu noticiário policial e artigos de crimes.

Contudo, devemos nos perguntar o motivo pelo qual o *Correio da Manhã* utilizava de forma mais intensa que a *Gazeta de Notícias* a temática criminal e policial como instrumento político e partidário para atacar a candidatura de Hermes da Fonseca, se ambos apoiavam Rui Barbosa. Para explicarmos esta questão, é importante dizer que, ao contrário da *Gazeta de Notícias*, que ao longo de sua história foi caracterizada por ser uma folha governista, o *Correio da Manhã* desde a sua fundação, em 1901, era um jornal de clara oposição ao governo e um impresso que fazia uma sistemática oposição aos grupos políticos dominantes (FREIRE, 2009: 121), dizendo-se defensor da “inviolabilidade de todos os direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e

¹¹ Ver : Eduardo Silva (1988).

à propriedade” (*Correio da Manhã*, 15/06/1911:1)¹², e que propugnava por mudanças nas estruturas políticas do país, como bem ressaltou Américo Freire (2009:121). A nosso ver, tal passado histórico do *Correio da Manhã* explica, em parte, a sua intensa participação política na campanha eleitoral de 1909 e 1910 que, através de seu noticiário criminal e artigos, atacava com veemência os grupos políticos então dominantes da época-no caso o governo de Nilo Peçanha -e seus aliados- no caso Hermes da Fonseca, que era apoiado pelo presidente. Assim, o *Correio da Manhã* por ter participado de forma mais intensa -que os outros jornais pesquisados- da campanha eleitoral de 1909 e 1910, iremos nos deter mais detalhadamente nos discursos desse jornal e de seus repórteres sobre a temática do policiamento e criminalidade.

Durante a campanha, os repórteres policiais do jornal buscavam acentuar a ideia de crescimento da criminalidade na cidade, através de títulos sensacionalistas como “Crime e mais crime”, alegando que tal expansão devia-se à negligência da polícia “hermista” para combater os “desordeiros”, já esta só estaria preocupada em proteger os criminosos da cidade, para com isso receber benesses e cargos do governo, caso Hermes da Fonseca ganhasse a eleição(*Correio da Manhã*, 27/01/1910, p.2).

O alvo central de ataques do *Correio do Manhã* à polícia do Rio era o chefe de polícia da época, Leoni Ramos. Segundo os repórteres do jornal, o policiamento nas ruas, sob a gestão de Ramos, era péssimo pois tal chefe de polícia somente estava interessado na “politicagem reles e desenfreada”, sendo por isso que os assaltos e roubos na cidade cresciam vertiginosamente em sua administração. “Hoje, os ladrões operam livremente, sem que a polícia do Sr. Leoni Ramos ligue a mínima importância” (*Correio da Manhã*, 13/01/1910,p. 4). Para convencer os leitores dessa assertiva, os repórteres policiais do *Correio da Manhã* chegavam mesmo a comparar a gestão de Leoni Ramos com a do antigo chefe de polícia Alfredo Pinto, ressaltando que quando este último tinha administrado a polícia do Rio, “era muito raro registrar um roubo no centro da cidade” (*Correio da Manhã*, 13/01/1910,p. 4).

Contudo, durante a gestão de Pinto (1906-1909)¹³- os repórteres do *Correio da Manhã* diziam justamente o contrário dessa assertiva, já que naquele momento ressaltavam que o centro da cidade estava infestado de gatunos devido à falta de

¹² Matéria assinada por Gil Vidal, com o pseudônimo de Leão Veloso Filho.

¹³ Sobre tal administração, ver Marcos Bretas (1997: 55-69).

policciamento.¹⁴ Daí, pode-se dizer, mais uma vez, que a temática do policiamento na cidade durante a campanha eleitoral de 1909 e 1910 foi utilizada como uma clara estratégia política do jornal para atingir a candidatura militar.

Em um artigo do *Correio da Manhã* intitulado sugestivamente de “Polícia criminosa”, um articulista do jornal fez, não por um acaso, em um dia antes da eleição de 1910, um longo discurso no qual procurava claramente estabelecer uma relação intrínseca entre o serviço de policiamento e o aumento dos crimes na cidade. Segundo o articulista, a falta de policiamento devia-se às relações de conveniências do chefe de polícia, Leoni Ramos e seus subordinados com os políticos Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca (*Correio da Manhã*, 28/02/1910,p. 1). Além disso, alegava que o chefe de polícia e os delegados iriam perturbar o pleito eleitoral no dia da votação, por meio da violência e assassinatos para sair vencedor o marechal Hermes da Fonseca. Em tom quase que panfletário, buscava convencer os leitores de não votarem no candidato militar, embora em nenhum momento do texto mencionasse quais eram os motivos pelos quais a população deveria votar em Rui Barbosa. Sua estratégia era somente atacar o candidato adversário.

(...) Uma centena de facínoras nomeados por alcunhas e com duas e três entradas na Casa de Correção, dominam por completo uma cidade de um milhão de habitantes, tentam impunemente contra a vida e a propriedade (...) sem que os detenha a polícia, empenhada ao contrário, em açular a malta, em defendê-la, em ajudá-la, em proporcionar-lhe a impunidade e a fuga !

*Tal foi a degradação a que desceram nos últimos dias, o presidente da República Nilo Peçanha e Ministro da Justiça o Sr. Esmeraldino Bandeira !
(...) Os delegados mashorqueiros e irresponsáveis do Sr. Leoni Ramos, e com eles os desclassificados que mais tem merecido a sua proteção, foram incumbidos de perturbar o pleito eleitoral, em que há de sair triunfante o*

¹⁴ Ver, por exemplo, a seguinte reportagem publicada pelo jornal em 1908: *Já há dias vimos pedindo providências à polícia sobre a terrível quadrilha de ladrões que campeia impunemente na zona compreendida pelas ruas Santa Luzia, Sergipe, Senador Furtado e adjacências, sem que a mesma providencie energicamente, como era de seu dever. Ainda ontem, às 21 horas da madrugada, os moradores de nada menos de 6 casas da rua Santa Luzia (...) foram assaltadas por audaciosos ladrões* (*Correio da Manhã*, 19/07/1908, p. 7).

nome de Rui Barbosa, se o povo não se acovardar diante da violência e do assassinato.

O Brasil não quer o marechal Hermes da Fonseca para presidente da República devido a sua impopularidade e do seu desprestígio. O governo pretende impô-lo brutalmente pela violência, pela fraude e pelo crime: é o governo quem conspira contra a Nação (Correio da Manhã, 28/02/1910,p. 1).

Mesmo no final da eleição na qual marechal saíra vitorioso¹⁵, isto não desanimou de maneira alguma os jornalistas policiais e articulistas do *Correio da Manhã* a continuar fazendo severas críticas à polícia como uma estratégia política para atingir Hermes da Fonseca. Voltavam a salientar que Leoni Ramos durante a campanha presidencial de 1909 e 1910 tinha se envolvido em politicagens, deixando a cidade infestada de ladrões e criminosos, além de ter permitido a “agentes secretos da polícia que chefiassem assaltos armados às seções” de urnas para fazer vencedor a candidatura militar (*Correio da Manhã*, 14/06/ 1911, p.1; *Correio da Manhã*, 4/05/1910, p. 1).¹⁶

Essas notícias indicam como *Correio da Manhã* e seus repórteres utilizavam a temática criminal e policial como instrumento de ação político-partidária na eleição de 1910, através da relação intrínseca que estabeleciam explicitamente entre a falta de policiamento na cidade e o suposto relacionamento da polícia com os políticos Hermes da Fonseca e Nilo Peçanha e criminosos. Ainda que de uma forma menos intensa que o *Correio da Manhã*, a *Gazeta de Notícias* e seus cronistas também ressaltavam tal relação como uma maneira de atingir a candidatura militar, embora ela tendesse a ser tratada de forma indireta, sem menção aos nomes de Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca. Já o *Jornal do Brasil* e os repórteres do referido periódico nem sequer mencionavam o assunto sobre o suposto relacionamento da polícia com os criminosos e políticos, o que a nosso ver, parecia ser uma forma do impresso apoiar a candidatura militar.

Mas antes mesmo dessa disputa eleitoral, os três jornais consultados e seus cronistas policiais já utilizavam as notícias policiais e de crimes como instrumentos de

¹⁵ Sobre a análise dos fatores da derrota eleitoral de Rui Barbosa em 1910, ver: Maria Alice Rezende de Carvalho (2001: 100-101) .

¹⁶ Esse tipo de discurso que visava atacar à polícia continuava a ser veiculada pelo *Correio da Manhã*, pois havia a expectativa de que a eleição de 1910 fosse anulada, sob alegação de que a vitória eleitoral tinha sido feita por meio da violência, crimes e fraude. De fato, a eleição teria tido evidências de irregularidades do pleito, como assinalou Cristina Buarque de Hollanda (2009: 112).

ação política, embora não da mesma forma que durante a campanha presidencial de 1909 e 1910, pois, como vimos, nesta campanha tais impressos tratavam de formas distintas a questão do policiamento na cidade em associação aos assuntos relativos à eleição. Porém, ao longo das décadas de 1900 e de 1910, os repórteres dessas diferentes folhas convergiam em estabelecer uma associação intrínseca entre a falta de policiamento na cidade carioca e o suposto relacionamento da polícia com os bandidos e políticos, buscando reivindicar a moralização da política e da polícia do Rio de Janeiro. Isso tudo nos revela que esses personagens da história procuravam, à sua maneira, intervir politicamente na sociedade, e não somente entreter a população com histórias sensacionalistas de crimes na cidade.

Referências bibliográficas:

BERNARDI, Célia de. *O lendário Meneghetti: imprensa, memória e poder*. São Paulo: Annablume, 2000.

BORGES, Vera Lúcia Bogéa. “ A dramaticidade da eleição presidencial (1909-1910): traços da cultura política na Primeira República”. *Anais do I Seminário Nacional de Pós-graduandos em História das instituições: instituições, cultura e poder*. Rio de Janeiro: Numem, Cd-Rom, UNIRIO, 2008.

BRETAS, Marcos. *Ordem na cidade. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. “ Os três povos da República”. In: *República no Catete*. (org) Carvalho, Maria Alice Resende. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, pp.61-87.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. “ A crise e a refundação republicana, em 1930”. In: *República no Catete*. (org) Carvalho, Maria Alice Rezende de. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, pp. 89- 109.

COUTINHO, Eduardo. *Os cronistas de momo: imprensa e carnaval na Primeira República*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

DANTAS, Carolina. *O Brasil café com leite: história, folclore, mestiçagem e identidade nacional em periódicos: Rio de Janeiro, 1903-1914*. Niterói: UFF, Tese de Doutorado, História, 2007.

DIDIER, Carlos. *Orestes Barbosa: repórter, cronistas e poeta*. Rio de Janeiro, Agir, 2005.

DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República: História e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Editora, 2005.

FREIRE, Américo. “ Fazendo a República: a agenda radical de Irineu Machado”. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, vol.13, n.26, 2009, pp.118-132.

GUIMARÃES, Valéria. “ Sensacionalismo e modernidade na imprensa brasileira do início do século XX”. *Urbelândia: Art cultura*, v.11,n.18, 2009, p.227-240.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. *Modos da representação política: o experimento da Primeira República*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

KALIFA, Dominique. *L'encre et le sang: récits de crimes et société à la Belle Époque*. Fayard, 1995.

OLIVEIRA, Otair Fernandes de . “ O municipalismo e a cultura política brasileira”. In: *Achegas-Revista de Ciência política*, n. 14, 2003.

OTTONI, Ana Vasconcelos. “ Criminosos, polícia e políticos em letras impressas: jornais cariocas, criminalidade na cidade do Rio de Janeiro e fraudes eleitorais no início do século XX”. Rio de Janeiro: *Dia-Logos*, n.4, 2010, pp.11-25.

PALTI, Elias. *El tiempo de la política. El siglo XIX reconsiderado*. Buenos Aires: Siglo XIX Editores, 2007.

RIFIOTIS, Théophilos et al. “ O repórter policial e a sua imagem da violência e da ação policial”. *Violência e políticas democráticas de segurança pública do XXI Congresso Latinoamericano de Sociologia*. São Paulo, 1997.

SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

VELLOSO, Mônica. *A cultura das ruas no Rio de Janeiro (1900-1930): mediações, linguagens e espaço*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2004.